

Aliados de Sarney aprovam cinco anos em subcomissão

BRASÍLIA — O mandato de cinco anos pretendido pelo presidente José Sarney foi aprovado pela Subcomissão do Poder Executivo, numa reunião que começou às três da tarde de sexta-feira e só foi terminar às 6h30min da manhã de sábado. O anteprojeto do senador José Fogaça previa inicialmente quatro anos, mas, com a aceitação do parlamentarismo misto embutido na proposta, veio também o mandato presidencial de cinco anos. A decisão, entretanto, ainda terá que passar por três instâncias — as comissões temáticas e de sistematização e o plenário da Constituinte — antes de se tornar um item da nova Constituição brasileira.

"Uma vitória do presidente Sarney", comemorava ontem o líder do PFL, José Lourenço, feliz com o resultado dos trabalhos do grupo Centro Democrático, comandado pelo deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que conseguiu arrebatar apoios do PDS e do PFL, além dos de seu próprio partido, e contar pontos para a Subcomissão do Poder Executivo. Afinal, seu presidente, o deputado Albérico Filho (PFL-MA), primo de Sarney, não podia perder.

O senador José Fogaça também ficou satisfeito. "Acabamos de virar uma página de

98 anos de história", desabafou, entusiasmado, quando o parlamentarismo passou, depois da 15ª hora de reunião. Segundo o anteprojeto aprovado, o regime de gabinete começará a 15 de novembro de 1989, elimina a figura do vice-presidente da República, coloca o primeiro ministro como membro do Congresso Nacional e, no caso de dissolução do ministério, prevê a permanência de cinco ministros do "gabinete especial": os do Exército, Marinha e Aeronáutica, das Relações Exteriores e do Gabinete Civil.

Armado de 305 pedidos de destaque, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) foi para a reunião da Subcomissão do Poder Executivo decidido a obstruí-la até segunda-feira, prazo fatal para a entrega dos projetos à comissão temática. Seu plano era fazer com que o projeto chegasse à comissão sem ser votado, levando em seu bojo todas as espinhas que engasgam o atual governo: mandato de quatro anos; ministros militares como integrantes comuns da equipe de governo, passíveis de destituição como os demais; e vigência do parlamentarismo já a partir do próximo ano. Não teve êxito. O grupo do Centro Democrático detectara a manobra e montou sua estratégia.

mente os constituintes resvalam na casca de banana da questão militar. Surgem fórmulas fantásticas, dentre as quais as de ministros militares e o das relações exteriores não submetidos à confiança do parlamento.

De duas uma: esses ministros "do presidente" integrarão ou não o gabinete ministerial. Se integrarem, surge a deformação de que participarão do processo decisório e não serão por ele responsáveis; na hora de votar, serão ministros políticos como os outros, na tomada de decisões de governo; na hora de serem responsáveis pela decisão tomada e que tenha motivado um voto de desconfiança do Congresso, não serão responsáveis, nem políticos. Estarão acima da decisão que ajudaram a tomar de suas consequências. Se eles não integrarem o conselho de ministros, o gabinete parlamentar, o que vai acontecer é que o governo não terá política externa ou de Segurança e, se tiver, ela será decidida à revelia dos ministros da área. Enfim, uma notável confusão, por exemplo, na hora de fazer o orçamento ou adotar outras providências que atinjam todo o serviço público, até mesmo as de ordem salarial.

O parlamentarismo caboclo, que a Constituinte está a montar, passa por testes decisivos. A Subcomissão do Poder Legislativo aprovou mecanismos parlamentaristas, dentre os quais a dissolução da Câmara. A Subcomissão do Executivo, em apaixonada reunião, aprovou outros mecanismos parlamentaristas, mas os mistura com ingredientes muito atípicos. Tudo porque ainda não temos tranquilidade para discutir a função das Forças Armadas numa ordem democrática.

João Gilberto Lucas Coelho, 44 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília

Debate não abandona os clichês

João Gilberto

A questão do papel constitucional das Forças Armadas numa ordem democrática no país tem sido discutida segundo estereótipos. A demarcação inicial esteve entre os que querem manter como está e os que sonham com militares apenas voltados para a defesa externa. No entanto, a questão central do problema é quem pode mobilizar os militares, seja interna ou externamente.

Quem declara a guerra não é o presidente, com aprovação congressual? Muito bem, por que a mobilização interna do aparelho militar também não deve ter regras constitucionais claras e submissão aos poderes que a constituição cria?

Há no Brasil, mesmo recente, um exemplo positivo de utilização interna das Forças Armadas: a garantia, sob a jurisdição da Justiça Eleitoral, de eleições realizadas no interior do país. Muitas delas não se realizariam se as tropas federais não estivessem lá para garanti-las.

Um mecanismo adequado de decisão de como são mobilizadas as forças militares no plano interno é o que não existe na Constituição atual, nem está presente no anteprojeto da comissão que estuda o assunto. E o debate nacional tem fugido de tratar essa questão por causa do desvirtuamento que as experiências autoritárias inculcaram na cabeça dos brasileiros.

Agora mesmo, ao decidirem-se por parlamentarismo ou presidencialismo, nova-

Parecer aprovado permite reeleição

O deputado Samir Achoa (PMDB-SP) saiu da reunião dizendo que se sentia diminuído na sua função de deputado. O senador João Menezes (PFL-PA) afirmava que tinham aprovado um anteprojeto para enganar o povo. Os dois reclamavam do parecer do relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantidos, deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ). O anteprojeto, aprovado quase na íntegra, cria vários mecanismos de participação popular nas decisões do Congresso e abre uma possibilidade de reeleição para o presidente da República, governadores e prefeitos.

Para que a reeleição seja permitida, é preciso que eles renunciem aos cargos que ocupam seis meses antes da eleição e que os candidatos a vice, na eleição seguinte, sejam de partido diferente. Já o anteprojeto que a partir de amanhã estará sendo discutido na Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher assegura ao povo o direito de revogar os mandatos de parlamentares no Congresso, nas assembleias legislativas e nas câmaras de vereadores e de se manifestar, em plebiscito, sobre emendas à Constituição. Os eleitores também podem sugerir leis, juntando 15 mil assinaturas.

A aprovação do anteprojeto foi aplaudida por alguns militares cassados que assistiram à reunião. Ele concede anistia a todos os civis e militares que foram punidos por atos políticos entre setembro de 1961 e fevereiro de 87, garantindo a todos reintegração ao trabalho e pagamento dos salários e vantagens a que teriam direito se tivessem continuado na ativa.

Eutanásia não — O estado tem o dever de prestar o serviço de saúde dentro de um sistema unitário. Este princípio foi aprovado na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que votou o substitutivo do relator Carlos Mosconi (PMDB-MG). A subcomissão entendeu que não pode haver o comércio de órgãos e tecidos humanos. A eutanásia permanece proibida. Empresas privadas estrangeiras não poderão prestar serviço de saúde, direta ou indiretamente. É uma espécie de reserva de mercado na saúde.

A censura prévia e a proibição do aborto foram mantidos no relatório do deputado Darcy Pozza (PDS-RS), na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Também foi suprimido do relatório da Subcomissão da Família, Menor e Idoso a proposta da deputada Eunice Michiles (PFL-AM), que permitia o aborto em casos de má-formação fetal com vida vegetativa.

O Código Penal permite o aborto em casos de estupro e gravidez de alto risco, e a proposta da deputada amazonense estendia essa permissão às anomalias fetais. O relator da subcomissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-MA) aprovou a proposição, incluindo-a em seu relatório, mas ela foi suprimida por três votos a favor e nove contra.

Na opinião de Eunice Michiles, ninguém pode obrigar uma família a concordar com a gestação de um ser que terá uma vida vegetativa e a lei não obrigaria ao aborto, apenas daria o direito de opção.

Editorial Armário de Fantasmas

Saturnino discute sucessão com aliado do PMDB e do PT

Dora Tavares de Lima

O prefeito do Rio, Roberto Saturnino Braga, mandou avisar aos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires, através de um emissário, que pretende retomar a posição de destaque na política nacional que ocupava antes de Brizola o obrigar a se candidatar à Prefeitura, e, nessa condição, fazer parte das negociações de uma frente progressista interpartidária para a sucessão do presidente José Sarney.

O emissário de Saturnino esteve também, na semana passada, em Brasília, onde teve conversas preliminares com os senadores Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, Mário Covas, líder do partido na Constituinte, Afonso Camargo (PMDB-PR) e Severo Gomes (PMDB-SP). Foram procurados também os deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) e Luís Ignácio da Silva, Lula, presidente nacional do PT. Isso não quer dizer, pelo menos por enquanto, que Saturnino pretenda deixar o PDT. Ao contrário, fica no partido e evita bater de frente com Brizola. O ex-governador, aliás, é hoje o candidato do prefeito à Presidência da República.

Pazzianotto — Faltou apenas uma conversa em Brasília, que ainda deverá acontecer, com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Em abril, Saturnino esteve em Brasília e falou com Pazzianotto, ainda que rapidamente, sobre a retomada das negociações — interrompidas pelo Plano Cruzado — em torno de um eventual ingresso do ministro no PDT. Prova-

velmente para disputar pelo novo partido Prefeitura de São Paulo em 1988.

Junto aos governadores o emissário constatou uma situação de angústia com relação à administração de seus estados, praticamente falidos, e uma disposição apenas tática de apoiar Sarney para não serem largados à míngua. Tanto Arraes quando Waldir acreditam numa solução alternativa para a sucessão e consideram Saturnino um interlocutor respeitável.

Entre os senadores o enviado do prefeito encontrou um absoluto desencanto com o PMDB, com Sarney e com Ulysses. Covas está convencido de que tem condições de se candidatar a presidente e Fernando Lyra está atrás de um candidato para apoiar. Brizola, com quem o deputado conversou em recente passagem pelo Rio, faz parte da lista.

Lula — O emissário encontrou em Lula uma enorme disposição para a composição da frente política. O presidente do PT está francamente conquistado pela política de alianças e dela não descarta nem o PMDB. Desde que com Mário Covas. Brizola está fora. Os dois disputam o mesmo tipo de eleitorado e Lula não mostra hoje a menor disposição de subir em palanque do ex-governador.

O prefeito Saturnino Braga não espera os primeiros resultados concretos dessas conversas a não ser para daqui a duas semanas. Acha que a consequência natural será uma sucessão de encontros que acredita começarão a ser marcados neste prazo de quinze dias. O primeiro encontro já está praticamente certo e é com Lula. Será uma visita pública, sem sigilos. A data: provavelmente 22 de junho, quando Lula estará no Rio para falar na Escola Superior de Guerra.